

DICIONÁRIO TOPONOMÁSTICO DE ALAGOAS (DITAL) – MUNICÍPIOS: UMA PROPOSTA LEXICOGRÁFICA

Pedro Antonio Gomes de MELO³⁰

Manoel Messias Alves da SILVA³¹

Resumo: O acervo toponomástico dos nomes de municípios de Alagoas – nomeações dos espaços habitados urbanos e/ou rurais – são macrotopônimos que veiculam traços de cultura, marcam influências, usos, costumes, atitudes, tradições e falares, constituindo-se em um rico patrimônio imaterial linguístico-cultural. Sob o viés de uma interlocução teórica entre a Toponímia e a Lexicografia na esfera acadêmica, o presente artigo objetiva divulgar a propositura do *Dicionário Toponomástico de Alagoas (DITAL) – municípios*, que traz como foco as causas motivadoras dos atuais e oficiais macrotopônimos atribuídos aos 102 municípios alagoanos, produto resultante do desdobramento de uma pesquisa doutoral (MELO, 2018), ancorado na importância do registro lexicográfico destes nomes e suas motivações que determinaram e/ou condicionaram as denominações das Unidades Político-Administrativas Municipais Alagoanas como evidências toponomásticas da projeção aproximada dos espaços circundantes.

Palavras-chave: Ciências do Léxico. Nomes de municípios. Estado de Alagoas.

Abstract: *The toponomastic collection of the names of municipalities of Alagoas - urban and/or rural inhabited spaces - are macrotoponyms that convey traces of culture, influences, customs, attitudes, traditions and speaks, constituting a rich intangible heritage linguistic-cultural. Under the bias of a theoretical interlocution between Toponymy and Lexicography in the academic sphere, the present article aims to divulge the proposition of the Toponomastic Dictionary of Alagoas, (TDAL) – municipalities, which brings as a focus the motivating causes of current and official macrotoponyms attributed to the 102 (Melo, 2018), anchored in the importance of the lexicographic register of these names and their motivations that determined and/or conditioned the denominations of the Alagoas Municipal Political-Administrative Units as the toponomic evidences of the approximate projection of the municipalities of Alagoas, a result of the unfolding of a doctoral research. spaces.*

Keywords: *Lexical Sciences. Names of municipalities. State of Alagoas.*

³⁰ Doutor em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor adjunto da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios, Brasil; petrus2017@outlook.com

³¹ Doutor em Letras: Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP-2003) e Pós-Doutorado em Teoria e Análise Linguística pelo Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa-PT (CLUNL-2011). Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, Brasil. mmasilva@uem.br

Preliminares

Os dicionários são depositários vivos do acervo lexical da cultura humana e, além de serem um gênero³² de caráter informativo e pedagógico, são registros de experiências que envolvem a relação do autor com o texto, com o leitor e com a escrita, materializados nos saberes e fazeres lexicográficos.

Nessa perspectiva, o dicionário é o “representante do acervo cultural de uma sociedade” e pode ser considerado também como o “definidor de ideologias”, “como concepção de linguagem privilegiada ou como instrumento didático-pedagógico” (BOLZAN; DURÃO, 2011, p. 47).

No âmbito dos estudos da linguagem, o dicionário toponomástico é uma produção textual que dentre tantas outras passa despercebido, cuja função é descrever e registrar linguisticamente os nomes próprios de lugares e se origina dos léxicos toponímicos. Nesse particular, este artigo objetiva divulgar a propositura do *Dicionário Toponomástico de Alagoas (DITAL) – municípios* (doravante *DITAL - municípios*) com foco nas causas motivadoras dos atuais e oficiais macrotopônimos atribuídos aos 102 municípios alagoanos, produto resultante do desdobramento de nossa pesquisa doutoral.

Por conseguinte, a proposta aqui apresentada é oriunda da pesquisa de doutoramento (MELO, 2018), realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, na área de concentração: Estudos Linguísticos, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva, que teve como objetivo geral elaborar o *Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) – municípios*, a partir de uma descrição, em perspectiva sincrônica, sem prejuízo das considerações diacrônicas pertinentes, do conjunto dos atuais e oficiais nomes dos municípios alagoanos em suas possíveis relações com os aspectos internos e externos que atuam sobre a língua.

O referido estudo doutoral, que resultou no produto lexicográfico *Dital*, correspondeu a uma pesquisa bibliográfica e documental inserida no paradigma pós-positivista de natureza quali-quantitativa de cunho interpretativista, ancorada nos fundamentos teórico-metodológicos da Onomástica Toponímica, em especial no modelo taxionômico toponomástico de Dick (1992 e desdobramentos), Isquerdo (1996), Lima (1998), Faria (2017) e nos princípios básicos da

³² Equivocam-se manuais quando falam no dicionário como portador de gênero, pois ele próprio é um gênero. (MARCUSCHI, 2012)'

Lexicografia contemporânea, que se ocupa de questões referentes às obras lexicográficas, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo científico (estudo do léxico), quanto à sua elaboração material (BORBA, 2003; PORTO DAPENA, 2004).

Este artigo está dividido em duas seções: a primeira traz uma exposição sobre a possível interlocução teórico-prática entre a Onomástica, a Toponímia e a Lexicografia, no fazer dicionarístico; a segunda seção traz o modelo proposto para organização do *DITAL – municípios*. Por último, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas neste trabalho.

Onomástica, Toponímia e Lexicografia: um diálogo possível

A Onomástica (do helenismo ὀνομαστική, ato de nomear, dar nome) corresponde a uma área das Ciências do Léxico que apresenta duas áreas correlatas, independentes entre si, porém não excludentes, a Toponímia, que possui como eixo central de seus estudos o nome de lugar (topônimo), e a Antroponímia, que se ocupa dos estudos do nome próprio individual de pessoa (antropônimo).

Nas palavras de Isquierdo *et al.* (2017, p. 12), toda pesquisa que se enquadra sob o rótulo da Onomástica Toponímica nos últimos decênios tem experimentado significativos avanços

[...] motivados pela sua renovação teórica e metodológica e também pela extensão das suas relações interdisciplinares com outros campos de investigação (Linguística, Geografia, origem populacional, História social e cultural etc.). (ISQUERDO *et al.*, 2017, p. 12)

Por consequência, houve uma expansão do escopo teórico da Onomástica e, conseqüentemente, das pesquisas toponímicas enquanto ramo dessa ciência maior, que partem do campo geográfico para o linguístico, modificando, portanto, “a relação de causa e efeito porque *nome e coisa nomeada* passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico” (DICK, 2007, p. 144, *grifo da autora*). Sendo assim, torna-se importante não confundir o nome do município com a municipalidade propriamente dita, ou seja, o nome de lugar não é o lugar em si, mas uma de suas representações. Daí, neste artigo, adotarmos o termo Dicionário Toponomástico e não mais Dicionário Toponímico.

O sistema onomástico, considerado como um complexo linguístico-cultural, compreende as realizações virtuais do sistema lexical disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes e é por meio dessas escolhas lexicais, no sistema onomástico, que as

causas denominativas do nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística.

No âmbito dos estudos dos nomes de municípios alagoanos, quando consideramos as causas motivadoras, percebemos que eles deixam de ser apenas um locativo de marcação ou identificação espacial, tornando-se mais que uma referência locacional. Logo, não devemos interpretá-los apenas semanticamente, por seu sentido próprio, em si mesmo, mas concomitante às referências motivacionais necessárias à sua compreensão em seu contexto identitário, social e cultural. Com efeito, ao deciframos as intersecções línguo-culturais na Onomástica Toponímica se evidenciam determinados aspectos da cultura de um grupo social, materializados nestas unidades léxicas toponímicas.

Sendo assim, a importância do registro lexicográfico destes nomes e suas motivações que determinaram e/ou influenciaram as denominações dos municípios do Estado de Alagoas, como evidências toponomásticas, se justifica na medida que podem traduzir a realidade aproximada destes espaços habitados. Para tanto, advogamos a interlocução teórica entre a Toponímia e a Lexicografia na esfera acadêmica para a elaboração do *DITAL – municípios*.

Historicamente, a preparação de dicionários sempre foi apreciada ao longo dos tempos. Atualmente, cabe à área da Lexicografia em sua dupla natureza, disciplina científica e prática social e cultural, se debruçar sobre o dicionário e o fazer dicionarístico como objeto de estudo, respectivamente. Todavia, a compreensão da Lexicografia como uma atividade científica, com *status* de ciência, é recente, como nos explicam Zacarias e Durão (2010, p. 39):

Inicialmente a lexicografia foi vista como arte ou técnica, respaldando o ponto de vista daqueles que a entendiam (ou entendem ainda hoje) como trabalho artesanal, à qual implica(va) o entendimento de que elaborar dicionários não passava de ‘reproduzir’ outras obras lexicográficas já existentes. (ZACARIAS; DURÃO, 2010, p. 39)

Dessa maneira, ela pode ser compreendida em duas perspectivas, quais sejam:

como técnica de montagem de dicionário, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistema definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc.; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes. (BORBA, 2003, p. 15)

Como se depreende pelo excerto, a Lexicografia divide-se em dois grupos – o primeiro, a Lexicografia Prática, que se refere à produção e à publicação de dicionários e, o segundo, a

Lexicografia Teórica (ou Metalexigrafia³³), que tem por escopo o exame do dicionário já pronto. Assim, se levamos em consideração a compilação das obras lexicográficas, como os dicionários, fundada em trabalhos lexicológicos cientificamente avaliados, “a lexicografia é um resultado da lexicologia aplicada” (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 187).

No que tange aos dicionários toponomásticos, Castiglioni (2018, p. 3) explicita que:

Apesar de pouco comum, é deveras relevante, uma vez que registra, além dos nomes próprios de uma região e sua respectiva localização, causas que levaram os designadores a escolherem determinada palavra para nomear uma localidade, contribuindo, dessa forma, para o resgate e o registro social, histórico e cultural da região. (CASTIGLIONI, 2018, p. 3)

A partir do supramencionado, compreendemos que o texto lexicográfico toponomástico pode traduzir sentidos e desvelar possíveis discursos vinculados às causas que levaram os sujeitos nomeadores a escolherem determinados nomes que não são levados a cabo em dicionários gerais de língua portuguesa.

Assim, o não registro da toponímia alagoana em suas singularidades e a não disponibilização de dicionários toponomásticos sobre Alagoas em nossas escolas e fora delas, a nosso ver, podem repercutir em lacunas de conhecimento em nossos consulentes, aprendizes e professores, sobretudo em atividades relacionadas ao ensino-aprendizagem do léxico toponímico, visto que é nessas obras lexicográficas que se acomodam diversos saberes e dizeres que se materializam nos signos toponímicos.

Além disso, devemos levar em consideração que a seleção macroestrutural da obra lexicográfica deve buscar suprir as necessidades de pesquisa de seu público-alvo, incluindo palavras que façam parte das áreas do conhecimento com as quais ele tem contato nas diversas esferas da vida. Nesse sentido, os topônimos, em sua construção sêmica, são portadores de conhecimentos especializados e gerais que se vinculam aos contextos tanto linguísticos como extralinguísticos, dialogando com diferentes áreas do saber.

Nessa acepção, Coroa (2011, p. 67) adverte-nos para o fato de que, como integrante de práticas discursivas, o dicionário “constitui-se em produtivo instrumento de fazer linguístico: é mais um dos elementos simbólicos de que cidadãos leitores e produtores de textos dispõem para

³³ “Embora alguns autores continuem utilizando o termo Lexicografia como unitermo para fazer referência à teoria e à prática, a distinção entre as designações Lexicografia e Metalexigrafia cada vez é mais aceita e utilizada na literatura, como pode facilmente comprovar-se” (ZACARIAS; DURÃO, 2010, p. 41).

construir, e reconstruir, redes de significações e constituir sujeitos”. Assim, tornam-se de fundamental relevância trabalhos com dicionários, inclusive do tipo toponomástico, que possibilite desvendar de forma crítica que sentidos possíveis podem ser atribuídos a dados verbetes, possibilitando descortinar as dimensões discursivas que configuram e caracterizam os efeitos de sentidos no fazer dicionarístico.

Pelo referido, advogamos a tese de que os topônimos não servem apenas para identificar lugares, ou seja, eles não teriam apenas uma função de referencialização espacial, mas uma representação intencional, na qual o sujeito nomeador, por meio da língua, faz conhecer uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio geográfico de dados grupos, portanto, são de suma relevância no léxico da língua e, conseqüentemente, no contexto lexicográfico brasileiro.

Os nomes de municípios exercem a função denominativa e referencial, sendo usados na língua geral e estão presentes na vida diária quando se utiliza a língua em diferentes práticas sociais. Logo, estes signos toponímicos devem ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes, já que não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, pelo contrário, são vocábulos comuns e frequentes.

Destacamos ainda que a obra lexicográfica de cunho toponomástico tem caráter pedagógico e consiste não apenas em um produto linguístico, mas, também, em um produto histórico, cultural, social, temporal, econômico e ideológico. E mais, seu repertório está condicionado ao momento histórico no qual ela é produzida, à situação cultural em que ela é gerada, ao valor de autoridade que lhe é atribuída, à vigência das informações nela contida, ao custo econômico que implica em sua elaboração e aquisição e à representação do mundo que ela representa.

Do até agora dito, a propositura do *DITAL – municípios*, com foco nas causas motivadoras dos atuais e oficiais macrotopônimos municipais alagoanos, se configura como uma proposta inserida na área da Lexicografia, particularmente, no campo da Onomástica, envolvendo de forma mais direta a Toponímia, termo que, neste artigo, pode ser tomado em duas acepções básicas: ciência e objeto de conhecimento. Nesta, refere-se ao léxico toponímico ou aos nomes próprios de lugar. Naquela, refere-se ao estudo da palavra na função denominativa de um espaço físico e/ou humano que se desloca do sistema lexical para o sistema onomástico (SEABRA, 2004).

Apresentando o modelo do Dicionário Toponomástico de Alagoas (DITAL) – municípios

O elenco dos nomes dos municípios alagoanos não é uma relação inerte de palavras que apenas identifica lugares. Na verdade, tais signos se integram às exigências de expressão da área Onomástica Toponímica, sendo capazes de se renovar seguindo tendências de ordem biossocial que podem condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou as mudanças toponímicas. Com isso, queremos dizer que o léxico toponímico de um determinado território é dinâmico e promove a participação ativa do homem no mundo.

Nesse sentido, os dicionários toponomásticos podem ajudar os consulentes a conhecer novos usos de palavras, estabelecer relações entre lugares e seus nomes, desvelar efeitos de sentidos e novos significados, oferecer informações gramaticais, históricas, enciclopédicas dentre outras sobre os topônimos e suas causas, uma vez que a língua se constitui, desde o seu sistema fonológico até as relações pragmáticas de escolhas linguísticas nas variadas situações de interação social, de elementos que identificam a percepção que temos de nós próprios e dos outros.

Assim, urge a necessidade do *DITAL – municípios* e posicionamo-nos a favor da necessidade de se ter à disposição da comunidade escolar (e em geral) esta produção lexicográfica que contempla os macrotopônimos conferidos aos aglomerados humanos alagoanos emancipados e se incorporaram à língua geral, como reflexo da evolução da sociedade contemporânea, uma vez que é a linguagem um dos principais meios de se observarem as características inovadoras de uma comunidade, sobretudo em seu acervo lexical.

Organização e estrutura proposta para o *DITAL – municípios*

Na organização e elaboração de uma proposta lexicográfica devemos levar em consideração o público-alvo e os objetivos pretendidos que podem variar conforme a intensão do lexicógrafo. Assim, no *DITAL – municípios*, aspiramos a uma imersão no mundo dos nomes próprios que dizem das 102 sedes municipais alagoanas, viabilizando um novo olhar para um conjunto de informações linguísticas e extralinguísticas dessa macrotoponímia.

Da mesma forma que os dicionários de língua geral (ou dicionários-padrão) exigem uma delimitação de suas estruturas, o *DITAL – municípios* também dispõe de três eixos básicos em sua organização e estrutura, quais sejam, a macro, médio e microestrutura e se encaixa entre os

dicionários teóricos, isto é, “concebidos como ferramentas de pesquisa em Linguística, que são elaborados tendo em vista o estudo do léxico das línguas” (POLGUÉRE, 2018, p. 240).

O referido dicionário tem como público-alvo consulentes que buscam informações sobre os nomes das cidades e/ou municípios alagoanos e suas motivações, quais sejam, estudantes, professores, pesquisadores e curiosos sobre as causas motivadoras na constituição da macrotoponímia municipal do Estado de Alagoas ou estudiosos do léxico toponímico brasileiro.

Doravante, apresentaremos os componentes que constituem cada uma das partes do *DITAL – municípios*.

Macroestrutura do dicionário

No âmbito da macroestrutura, encontram-se as questões relacionadas com a seleção e a ordenação do material léxico. É nesse sentido que entendemos por macroestrutura a organização e a ordenação interna do dicionário, isto é, a nomenclatura que está relacionada às características gerais do repertório lexical toponímico ora apresentado.

Quanto à seleção e à organização macroestrutural do *DITAL – municípios*, a lista de entrada é composta por 102 verbetes que correspondem à totalidade dos atuais e oficiais nomes dos municípios de Alagoas (IBGE, 2010), apresentados em ordem alfabética contínua e alinhados à esquerda, sendo a palavra-entrada destacada em negrito, assim se caracterizando como uma estrutura lisa, disposto em volume único, e adotamos a concepção gráfica conservadora da ordem alfabética linear das unidades léxicas toponímicas por ser a mais recorrente nas obras lexicográficas brasileiras e por possibilitar a localização do topônimo desejado de forma rápida.

Medioestrutura do dicionário

No âmbito da medioestrutura, encontram-se as articulações das informações que são constituídas pelo sistema de remissivas que auxilia na pesquisa, relacionando as informações com as diferentes partes do dicionário. Dessa forma, ela é constituída por um conjunto de intersecções entre a macroestrutura, a microestrutura e outros componentes do texto lexicográfico, como o material anteposto, o posposto e o interposto que constitui o dicionário.

Remissiva

As remissivas podem ser internas, quando ocorrem dentro do próprio verbete ou em algum ponto da nomenclatura, ou externas, quando ocorrem nos textos externos: materiais antepostos e pospostos (PONTES, 2009). Sua rede se configura nas relações traçadas dentro da obra lexicográfica, no caso do *DITAL – municípios* ocorre entre os topônimos verbetados, mantendo a coerência semântica das informativas. São de caráter interna e explícita, todas pertencentes ao repertório, aparecem precedidas pela marca gráfica da abreviatura Cf. (conferir), registradas em ordem alfabética, em itálico, separadas por ponto-e-vírgula e entre parênteses, imediatamente após as informações dadas em colchetes.

Elas implicam em topônimos complementares que traduzem as relações toponomásticas que o topônimo de entrada mantém com os outros do domínio repertoriado, através de um processo de remissão vertical, que cruza macrotopônimos municipais que tenham alguma relação com topônimo que encabeça um verbete, disponibilizando ao consulente informações complementares que podem ajudar na ampliação de conhecimentos sobre o processo denominativo do município consultado.

É oportuno ressaltar que não há um número estipulado de remissivas para cada verbete, pois são indicadas segundo as possibilidades oferecidas pela nomenclatura toponímica. Elas são de natureza facultativa, em virtude de os próprios verbetes fornecerem as informações essenciais para definir o lema; o consulente seguirá o caminho indicado pela remissão apenas se quiser obter mais informações sobre a cidade e/ou município consultado.

No Quadro 1, a seguir, apresentamos um exemplo de uso de remissivas de um verbete do *DITAL – municípios*.

Quadro 1 - Remissivas no verbete toponímico.

Anadia [anadiense; hebr. + lat.; híbrido] (Cf. <i>Atalaia; Marechal Deodoro; Penedo; São Miguel dos Campos</i>)

Fonte: Melo (2018).

Microestrutura do verbete

No âmbito da microestrutura, encontra-se “la ordenación de los elementos que componen el artículo lexicográfico (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105)³⁴, ou seja, é a parte do texto lexicográfico que contém a organização dos dados contemplados no enunciado verbete.

Cumpramos destacar que a microestrutura determina e é determinada pela macroestrutura. Assim, pela própria natureza deste trabalho lexicográfico de cunho toponomástico, sua microestrutura apresentará elementos que, mormente, não ocorrem nos demais dicionários de uso geral da língua (dicionários-padrão), tais como: localização do município, taxionomia toponímica, motivação do topônimo, mudanças toponímicas, Leis e Decretos que resultaram na institucionalização dos nomes oficiais, informações históricas e/ou enciclopédicas, dentre outras.

No *DITAL – municípios*, buscamos seguir as orientações de Isquierdo e Castiglioni (2010, p. 295), que advertem que a microestrutura de um dicionário toponímico deve seguir “os parâmetros gerais estabelecidos na metodologia geral do projeto ATB, adequada a cada realidade regional e em consonância com os fundamentos da lexicografia contemporânea”.

O verbete – constituinte nuclear da microestrutura – corresponde à unidade mínima autônoma em que se organiza o dicionário, aqui denominado de verbete toponímico. É composto pelo enunciado lexicográfico e pela palavra-entrada, que é “la unidad mínima autónoma en que se organiza el diccionario. Está formado por el lema, que es la unidad léxica tratada, y por las informaciones que se proporcionan acerca de esa unidad” (HAENSCH *et al.*, 1982, p. 41)³⁵.

A microestrutura do verbete do *DITAL – municípios* foi norteada pela classificação, que por sua vez controla o sistema definitório. É constituída por duas partes e foi pensada com base nos elementos contemplados na ficha lexicográfico-toponímica produzida para cada nome de município alagoano na constituição do *corpus* da pesquisa doutoral (MELO, 2018).

A seleção e o arranjo dos elementos descritivos que figuram no verbete toponímico estão distribuídos em informações sistemáticas e não sistemáticas oriundas de microparadigmas obrigatórios e eventuais. Sendo assim, na primeira parte do verbete, são apresentados os

³⁴ “a ordenação dos elementos que compõem o verbete” (MEDINA GUERRA, 2003, p. 105, tradução nossa).

³⁵ “a unidade mínima autônoma em que se organiza o dicionário, formada pelo lema que é a unidade léxica tratada e pelas informações fornecidas sobre ela” (HAENSCH *et al.*, 1982, p. 41, tradução nossa).

seguintes dados: topônimo, gentílico, procedência linguística, processo de formação, remissiva, localização geográfica, taxionomia, etimologia. Já na segunda parte do verbete, são apresentadas notas e fontes, contemplando as informações enciclopédicas e históricas sobre a localidade, topônimo primitivo, mudança e variação toponímica (quando houver), histórico da formação do lugar, Decretos e Leis que institucionalizaram os topônimos oficiais etc.

Para manter a homogeneidade do repertório da microestrutura básica, a sequência retórica do enunciado lexicográfico obedece à seguinte estrutura: palavra-entrada – topônimo; gentílico; origem linguística; processo de formação; remissiva; localização geográfica; taxionomia toponímica; estrutura morfológica; etimologia; nota e fonte.

Palavra-entrada

Trata-se de uma unidade léxica de qualquer extensão e se constitui como objeto de descrição do verbete. No *DITAL – municípios*, a palavra-entrada corresponde ao topônimo oficial verbetado, indica a grafia do nome do município alagoano de acordo com a forma registrada em documentos institucionais e pelo IBGE na nomenclatura atualmente utilizada, conforme o Censo Demográfico de 2010.³⁶

Do ponto de vista gráfico, os topônimos são apresentados em negrito e alinhados à esquerda. Quando compostos, conservam sua ordem sintagmática normal. A seguir, no Quadro 2, exemplificamos a lista de palavra-entrada do *DITAL – municípios*.

Quadro 2 - Palavras-entrada no verbete toponímico.

Arapiraca Campo Grande Olho d'Água das Flores
--

Fonte: Melo (2018).

³⁶ Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Último acesso em: 17 set. 2018.

Gentílico

Trata-se do adjetivo que designa o morador de acordo com a sua cidade de nascimento ou residência em Alagoas, identificado conforme consulta na Base de Dados do IBGE. Aparece, entre colchetes, imediatamente após a entrada e separada por ponto-e-vírgula, na mesma linha horizontal.

A seguir, no Quadro 3, exemplificamos a apresentação do gentílico no verbete do *DITAL* – *municípios*.

Quadro 3 - Gentílico no verbete toponímico.

Barra de Santo Antônio [barrense;] São Sebastião [salomeense;]

Fonte: Melo (2018).

Origem linguística

Neste item é registrada a origem linguística do topônimo, aparece entre colchetes, juntamente com o campo “gentílico” e separada desse campo por ponto-e-vírgula, na mesma linha horizontal.

A procedência linguística que constitui a base lexical do nome do município alagoano foi identificada a partir da consulta em dicionários especializados, como Cunha (1978; 2010), Guérios (1981); Tibiriçá (1997), Houaiss (2009); Ferreira (2010), dentre outros.

No Quadro 4, a seguir, exemplificamos a apresentação da origem linguística no verbete do *DITAL* – *municípios*.

Quadro 4 - Origem linguística no verbete toponímico.

Matriz de Camaragibe [matizense; lat. + tup.]; Satuba [satubense; tup.];

Fonte: Melo (2018).

Quando não foi possível recuperar a origem linguística do topônimo por falta de registro nos dicionários especializados consultados, seguimos o modelo de Cunha (2010) apresentado em seu *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Assim, o campo origem linguística foi preenchido com a informação: *De origem controversa*, em itálico, como é o caso

do topônimo alagoano da cidade de Coqueiro Seco, por exemplo, que tem a significação do vocábulo coqueiro definida, mas a origem controversa.

Nas palavras do referido autor,

Coco *s.m.* ‘orig. Papão’ ‘ext. designação comum a várias espécies de palmeiras e aos seus frutos’ XVI. *De origem controversa*: o fruto do coqueiro foi assim denominado pelos portugueses em razão da sua semelhança com as figuras de cabeças com que se assustavam as crianças (os papões) | **cocADA** 1881 | **coquEI- R’** AL 1844 | **coqueiro** 1813. (CUNHA, 2010, p. 192, grifo nosso)

A seguir, no Quadro 5, apresentamos um caso de verbete do *DITAL – municípios*, no qual não foi possível recuperar a origem linguística do topônimo verbetado.

Quadro 5 - Indicação da origem linguística controversa no verbete toponímico.

Coité do Nóia [coitenense; tup. + <i>De origem controversa</i>] Coqueiro Seco [coqueirense; <i>De origem controversa</i> + lat.;]

Fonte: Melo (2018).

Processos de formação

Neste campo, é registrado o processo de formação do topônimo verbetado, conforme sua distribuição étimo-morfossintática em: i. simples, que são os nomes que apresentam um só formante, seja substantivo ou adjetivo, podendo, contudo, apresentar-se também acompanhado de sufixações; ii. composto, que são os nomes compostos que apresentam mais de um formador; iii. híbrido, que são nomes compostos que recebem em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências (DICK, 1992).

O processo de formação aparece entre colchetes, juntamente com os campos “gentílico e origem linguística” e separado desses campos por ponto-e-vírgula, na mesma linha horizontal, finalizando as informações obrigatórias apresentadas entre colchetes do topônimo verbetado.

A seguir, no Quadro 6, exemplificamos a apresentação da formação lexical do topônimo verbetado no *DITAL – municípios*.

Quadro 6 - Processo de formação do verbete toponímico.

Barra de São Miguel [miguelense; lat. + hebr.; híbrido] Estrela de Alagoas [estrelense; lat.+ lat.; composto]
--

Fonte: Melo (2018).

Localização geográfica do município

O Estado de Alagoas é constituído por 102 municípios que estão distribuídos em três mesorregiões e treze microrregiões geográficas. Sendo assim, no verbete toponímico, a posição espacial do município, dentro do território considerado atualmente do Estado de Alagoas, é apresentada de acordo com sua inserção na mesorregião e na microrregião geográfica, respectivamente.

Neste campo, é registrada a localização geográfica do município com base na consulta junto ao Banco de Dados do IBGE em sua ferramenta virtual Cidades-IBGE que traça um perfil de cada um dos municípios brasileiros. Essa informação aparece iniciando a segunda linha do verbete posposta à expressão: “Localizado na” e separadas por vírgula, na mesma linha horizontal.

A seguir, no Quadro 7, exemplificamos a apresentação da formação lexical do topônimo verbetado no *DITAL – municípios*.

Quadro 7 - Localização geográfica no verbete toponímico.

Barra de Santo Antônio [barrense; lat.; composto]

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Maceió.

Feira Grande [feira-grandense; lat.; composto] (Cf. *Maceió; Palmeira dos Índios; Penedo; Porto Real do Colégio; São Brás*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca.

Fonte: Melo (2018).

Taxionomia Onomástico-toponímica

A categorização taxionômica toponímica neste dicionário segue o Sistema Toponímico Taxionômico proposto por Dick (1992 e desdobramentos) e as contribuições taxionômicas de Isquierdo (1996), Lima (1998) e Faria (2017). Aparece, em itálico, grafada com inicial maiúscula posposta à expressão: “Topônimo classificado como” e separadas por ponto, na mesma linha horizontal.

A seguir, no Quadro 8, exemplificamos a apresentação da classificação taxionômica toponímica do topônimo verbetado no *DITAL – municípios*.

Quadro 8 - Taxionomia no verbete toponímico.

Coruripe [coruripense; tup., simples]

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de São Miguel dos Campos. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*.

Feliz Deserto [feliz-desertense; lat.; composto] (Cf. *Piaçabuçu*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Animotopônimo eufórico*.

Fonte: Melo (2018).

Estrutura morfológica

Neste campo, é registrada a análise mórfica do nome do município em uma perspectiva estruturalista de Morfologia Concatenativa e Regular, a partir da apreensão dos morfemas lexicais e gramaticais, das formas dependentes e da identificação dos nomes atemáticos que constituem o vocábulo toponímico verbetado.

O arranjo sintagmático das unidades constitutivas do topônimo é indicado posposto à expressão “Constituído por”. Cada morfema e/ou formante constituinte é apresentado em itálico, justapostos pelo sinal “+” e separados por vírgula, na mesma linha horizontal.

Na análise mórfica, seguimos as orientações gerais do estruturalismo linguístico (CÂMARA Jr, 2004) e apresentamos uma segmentação dos nomes baseada na noção de morfemas lexicais (ML) e morfemas gramaticais (MGD, afixos; MGF, flexão de gênero e de número; VT, classificatórios nominais; os nomes atemáticos serão indicados pelo símbolo $\overline{\text{T}}$.) constituintes dos signos toponímicos.

A seguir, no Quadro 9, exemplificamos a apresentação da estrutura mórfica do topônimo verbetado no *Dicionário Toponomástico de Alagoas (DITAL) – municípios*.

Quadro 9 - Estrutura morfológica no verbete toponímico.

Canapi [canapiense; tup., simples]

Localizado na Mesorregião do Sertão Alagoano, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano. Topônimo classificado como *Hidrotopônimo*. Constituído pelo ML *canapi* $\overline{\text{T}}$.

Girau do Ponciano [ponciense; tup. + lat.; híbrido] (Cf. *Jequiá da Praia; Traipu*)

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Ergotopônimo*. Constituído por ML *girau* $\overline{\text{T}}$, f. dep. *de + o = do*, ML *ponci-* + MGD *-ano*.

Fonte: Melo (2018).

Etimologia

Neste campo é registrada a base etimológica nuclear do signo toponímico, seu significado histórico em sua origem e, quando possível, sua categoria gramatical, procurando resgatar o significado da(s) raiz(es) constituinte(s) da unidade linguística toponímica. Essa informação aparece imediatamente após a descrição mórfica do topônimo verbetado e é introduzida pela marca gráfica da abreviatura “Etim.” (de Etimologia), seguida ou não da classe gramatical apresentada em itálico e finalizando a primeira parte do verbete enunciado.

Após a apresentação do étimo, há uma indicação da fonte de onde foi extraída a informação etimológica, que remete o usuário às referências especializadas. A seguir, no Quadro 10, exemplificamos o registro da etimologia do topônimo verbetado no *DITAL – municípios*.

Quadro 10 - Etimologia no verbete toponímico.

Craibas [craibense; tup.; simples]

Localizado na Mesorregião do Agreste Alagoano, Microrregião de Arapiraca. Topônimo classificado como *Fitotopônimo*. Constituído por ML *craib-* + VT *-a* + MGF *-s*. Etim. *sm.* do tup. *Carahyba* ‘árvore do ramo das bignoniáceas’ (TIBIRIÇÁ, 1997).

Igreja Nova [igreja-novense; lat.; composto] (Cf. *Penedo*)

Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião de Penedo. Topônimo classificado como *Hierotopônimo*. Constituído por ML *igrej-* + VT *-a*, ML *nov-* + MGF *-a*. Etim. *sf.* do lat. XIII *egreja*. ‘Comunidade religiosa, templo’ do lat. vulg. *eclēsia* (cláss. *ecclēsia*); *adj.* Do lat. XIII *nōvus*, *-a* ‘de pouco uso’ (CUNHA, 2010)

Fonte: Melo (2018).

Nota

São incluídas, neste campo, observações de caráter histórico e/ou enciclopédico sobre o topônimo verbetado e a sede municipal por ele nomeada, apresentando brevemente a história do local, de forma a tentar apontar a motivação do nome e indicar a data de criação do município e seu povoado de origem.

As notas proporcionam ao consulente um maior esclarecimento sobre o histórico de nomes de municípios alagoanos, a data de sua adoção e a motivação que deu origem ao primitivo topônimo, sua mudança ou permanência ao longo do tempo. Além disso, elas visam apresentar breves informações sobre o processo de desenvolvimento do povoado que culminou em sua autonomia político-administrativa alcançando à categoria de município e a

institucionalização do atual topônimo. Para destacar a dinâmica das mudanças toponímicas, os topônimos são grafados em negrito.

Este campo inicia a segunda parte do verbete, inaugurando novo parágrafo. Nele são apresentadas as informações históricas e enciclopédicas, imediatamente, após a primeira parte do verbete em parágrafo único com texto corrido, alinhadas à esquerda, com a indicação Nota grafada com inicial maiúscula. A seguir, no Quadro 11, exemplificamos o campo Nota do topônimo verbetado no *DITAL – municípios*.

Quadro 11 - Campo Nota no verbete toponímico.

<p>Maragogi [maragogiense; tup., simples] (Cf. <i>Porto Calvo</i>) Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião do Litoral Norte Alagoano. Topônimo classificado como <i>Hidrotopônimo</i>. Constituído por ML <i>maragogi</i> Ꞥ. Etim. <i>sm.</i> do tup. <i>maracujá-y</i> ‘rio dos maracujás’ (TIBIRIÇÁ, 1997). Nota Município com área territorial atual de 334,047 (km²) e população estimada em 2017 de 32.940 hab. Seu topônimo faz referência ao Rio Maragogi que banha a cidade e a região. Em momentos áureos de sua história nos períodos colonial e imperial, a povoação era chamada de Gamela. Em 1796, foi criado o Distrito com a denominação de Isabel, elevado à categoria de vila com o mesmo nome pela Lei Provincial nº 681 de 24/04/1875 e pela Lei Provincial nº 733 de 03/07/1876 passou a ser denominada Maragogi. Foi elevado à condição de cidade e sede municipal com essa denominação pela Lei Estadual nº 15 de 16/05/1892.</p>
--

Fonte: Melo (2018).

Fonte

Finalizando o verbete toponímico, são creditadas as fontes geradoras das informações apresentadas nas Notas. As referências aparecem em sequência cronológica de publicação, separadas por ponto-e-vírgula, em itálico e contendo o autor ou título da obra, seguido do ano de publicação, na mesma linha horizontal, alinhada à esquerda, com a indicação Fonte grafada com inicial maiúscula, que remete o usuário às referências especializadas. A seguir, no Quadro 12, exemplificamos o campo Fonte do topônimo verbetado no *DITAL – municípios*.

Quadro 12 - Campo Fonte no verbete toponímico.

	<p>Chã Preta [chã-pretense; lat.; composto] Localizado na Mesorregião do Leste Alagoano, Microrregião Serrana dos Quilombos. Topônimo classificado como <i>Geomorfotopônimo</i>. Constituído por ML <i>ch-</i> + MGF <i>-ã</i>; ML <i>pret-</i> + VT <i>-a</i>. Etim. <i>sf.</i> do lat. XIII <i>chãa</i> ‘terreno plano, chão’; <i>adj.</i> do lat. XIII <i>prettus</i>, por <i>pressus</i> ‘negro’ (CUNHA, 2010).</p>
Nota	<p>Município com área territorial atual de 169.464 (km²) e população estimada em 2017 de 7.427 hab. Há duas versões que explicariam sua motivação, ambas fazem alusão à forma topográfica de elevação: chã, quais sejam, i. em razão dos proprietários da Fazenda Chã Preta, localizada em uma chã, da família Inácio serem da raça negra; ii. alusão às queimadas da vegetação da chã, localizada na região onde o município está alocado. Contam os populares que após as queimadas a chã ficava preta. Sua colonização teve início por volta de 1865, um pouco antes da abolição da escravatura. O Distrito foi criado com a denominação Chã Preta pelo Decreto nº 2.435 de 30/11/1938 e elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei Estadual nº 2.432 de 03/11/1962, desmembrado de Viçosa/AL.</p>
Fonte	<p><i>Oliveira Filho</i> (2003); <i>Mendonça et al.</i>, (2012); <i>Alagoas em Dados e Informações</i>, (2017); <i>Cidades-IBGE</i> (2018).</p>

Fonte: Melo (2018).

Dito o exposto, finalizamos esta segunda seção destacando que foi a partir da proposição de que a Lexicografia científica procura apoiar a descrição lexical em critérios validados por ciências complementares que entendemos a real necessidade da elaboração do *DITAL – municípios*, focalizando os macrotopônimos atribuídos às municipalidades de Alagoas.

Considerações finais

Iniciamos estas considerações finais destacando a relevância dos dicionários toponomásticos, no ambiente discursivo escolar e fora dele, para viabilizar a familiarização dos consulentes e aprendizes com o mundo dos nomes de lugares (habitados ou não), suas motivações e seu registro lexicográfico, compreendendo este tipo de obra lexicográfica como veículo de armazenagem e/ou recuperação de fatos linguísticos e extralinguísticos.

Nessa direção, justificamos a propositura toponomástica do *DITAL – municípios* à medida que ele poderá contribuir para a especialidade em questão, uma vez que se faz mister a realização de reflexões sobre o fazer dicionarístico sob diferentes perspectivas, reconhecendo o gênero dicionário como objeto multifacetado, do qual resultam várias formas de examiná-lo e produzi-lo.

Por conseguinte, apresentamos, neste artigo, o projeto lexicográfico para a descrição e registro do complexo toponomástico dos atuais e oficiais 102 nomes dos municípios alagoanos,

viabilizando um despertar para os nomes das municipalidades da Terra dos Marechais, da Terra dos Caetés, da Terra dos Marajás, do Paraíso das Águas, dentre outras perífrases por que o Estado de Alagoas é conhecido, comportando uma compreensão mais profunda não só da Terra das Alagoas, mas também da relação do ato denominativo municipal com a realidade de uma determinada época.

Assim, foi pensado o *DITAL – municípios*, que surgiu em uma perspectiva que não o reduz a um mero compilador de nomes de municípios e seus significados, mas em uma obra lexicográfica que pode contribuir para a aquisição de diversos saberes sobre o Estado de Alagoas, pondo em evidência que o acervo da nomenclatura investigada não está alheio à memória destes lugares e seu registro e ciência nos permitem compreender os enredos da formação e fixação do homem no terreno alagoano. É nessa direção que compreendemos o trabalho lexicográfico com os topônimos verbetados, procurando associar à palavra-entrada o máximo possível de dados e informações linguísticas e extralinguísticas a respeito do referente que ela designa.

Referências

BOLZAN, Rosane Maria; DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. Abandonando clichês para descortinar um cenário favorável ao uso de dicionários na sala de aula. In: DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri (Org.). **Vendo o dicionário com outros olhos**. Londrina: UEL, 2010.

BORBA, F. da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: UNESP, 2003.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 363 ed. Petrópolis: Vozes, 2004

CASTIGLIONI, Ana Claudia. Verbetes toponímicos: microestruturas para hidrônimos. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1095-1122, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12882/pdf_1>. Acesso em: 17 ago. 2017.

COROA, Maria Luzia. Para que serve um dicionário? In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). **Dicionários Escolares**: políticas, formas e usos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 61-72.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1978. 357 p.

_____. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Ver atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. 744 p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**. v. 3, n. 5, p. 141-155, jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965/0>>. Acesso em: 08 set. 2017.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova - Minas Gerais**. 2017, 686 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2.272 p.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3 ed. rev. e aum., São Paulo: Ave Maria, 1981. 267 p.

HAENSCH, G. et al. **La lexicografía: de la linguística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gregos, 1982.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, Aparecida Negri. et al. *Guavira Letras*. Três Lagoas/MS, n. 25, p. 1-165, jul./dez. 2017. Disponível em <<http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/issue/viewIssue/32/4>>. Acesso em: 03 de abril de 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O Fato Linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

ISQUERDO, Aparecida Negri; CASTIGLIONI, Ana Cláudia. Em busca de um dicionário onomástico-toponímico. In.: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.) **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. v. IV. Campo Grande: Editora da UFMS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 291-310.

LIMA, Ivone A. de. **A Motivação Religiosa dos Topônimos Paranaenses**. Anais do Gel XXVII, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2012.

MEDINA GUERRA, Antonia A. **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2003.

MELO, Pedro Antonio Gomes de Melo. **Dicionário Toponímico de Alagoas, (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos**. 2018. 361 f. (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

POLGUÈRE, Alain. **Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais**. São Paulo: Contexto, 2018.

PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para uso escolar: o que é, como se lê.** Fortaleza: EdUECE, 2009.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica.** Ed. Arco/Libros, S. L, 2002. 367 p.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo.** 2004, 368 f. (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi:** significado dos nomes geográficos de origem tupi. 2. ed. Brasil: Traço, 1997. 197 p.

VILLALVA, Alina; SIVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico:** descrição e análise do português. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZACARIAS, Regiani Aparecida Santos; DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. Retomando algumas designações da lexicografia. In.: DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. (Org.) **Vendo o dicionário com outros olhos.** Londrina: UEL, 2010.